

PF prende suspeitos do caso Marielle



Rivaldo Barbosa
Ex-chefe da Polícia Civil do Rio, foi nomeado para o cargo às vésperas do assassinato de Marielle. Segundo os investigadores, teve total ingerência sobre as mazelas inerentes à marcha da execução



Chiquinho Brazão
Deputado federal, foi expulso na noite deste domingo (24) da União Brasil e passará agora por análise de seu futuro político na Câmara. Chegou a assumir a Secretaria Municipal de Ação Comunitária do Rio em outubro passado



Domingos Brazão
Conselheiro TCE-RJ (Tribunal de Contas do Rio de Janeiro) desde 2015, foi citado no processo desde o primeiro ano das investigações, em 2016. Elegera-se a um cargo público pela primeira vez em 1996, como vereador do Rio

PF prende três suspeitos de mandar matar Marielle Franco

Polícia também cumpriu 12 mandados de busca e apreensão, todos no Rio de Janeiro

SÃO PAULO, BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO A Polícia Federal prendeu neste domingo (24) três suspeitos de mandar assassinar a vereadora Marielle Franco (PSOL) e o motorista Anderson Gomes, em março de 2018. Foram preso deputado federal Chiquinho Brazão (União Brasil-RJ) e o seu irmão, o conselheiro do TCE (Tribunal de Contas do Estado) do Rio de Janeiro Domingos Brazão, e o delegado Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil no Rio. A autorização para a operação foi dada pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes, que horas depois determinou a retirada do sigilo das peças relacionadas ao caso. Ele enviou sua decisão para referendo da Primeira Turma da corte. As prisões deste domingo são tratadas na PF como uma grande conquista, já que o caso havia sido finalizado sem chegar a mandantes. No início do ano passado, primeiros meses do governo Lula, o novo superintendente da poli-

cia no Rio reabriu a apuração, desta vez em âmbito federal. Os três suspeitos foram levados para Brasília no fim da tarde. Eles devem ser encaminhados a presídios federais diferentes, o que ainda depende de decisão judicial. Em conversa com jornalistas do lado de fora da sede da PF no Rio, o advogado Ubiratan Guedes, responsável pela defesa de Domingos Brazão, disse que o conselheiro do TCE não conhecia Marielle e é inocente. A advogada do ex-chefe da Polícia Civil, Thalita Mesquita, disse que Rivaldo Barbosa nega qualquer envolvimento com o crime. "A defesa tem certeza da inocência dele". A defesa de Chiquinho Brazão foi procurada pela reportagem, mas não havia se manifestado até a conclusão desta edição. A operação, chamada Murder Inc., foi realizada em conjunto com a Procuradoria-Geral da República e o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro.

Além dos mandados de prisão, a polícia cumpriu 12 mandados de busca e apreensão, todos no Rio. Foram alvo de busca o delegado Ginton Lages, que esteve à frente do caso no início das investigações; Marcos Antônio de Barros Pinto, que foi seu auxiliar; Erika Araújo, esposa de Rivaldo Barbosa; e Robson Calixto Fonseca. Lages disse à Folha que nunca recebeu orientação de Rivaldo para deixar de investigar alguém. "Sempre contei com independência e autonomia", afirmou. Os demais

alvos não foram localizados pela reportagem ou não responderam até a conclusão desta edição. A operação da PF ocorreu cinco dias após Moraes homologar a delação premiada do ex-policia Ronnie Lessa, suspeito de ser o executor do crime. De acordo com informações de investigadores, a colaboração foi essencial para determinar os mandantes. Lessa foi preso em 2019 durante o período de atuação de Ginton Lages no caso. Em depoimento naquele ano, o delegado afirmou que a investi-

gação teve falhas que atrasaram a identificação dos acusados do crime. Os erros teriam ocorrido na coleta e análise de imagens a fim de identificar o trajeto feito pelo veículo Cobalt usado pelos assassinos. De acordo com trecho da apresentação enviada pela PF a Moraes, o assassinato de Marielle Franco foi "arquitetado" por Domingos e Chiquinho Brazão e pelo delegado Rivaldo Barbosa. O texto diz que o crime foi idealizado pelos irmãos e "meticulosamente" planejado pelo policial. Rivaldo chegou a fazer a exigência que seria repassada aos executores, dizem os investigadores, de que a morte não poderia se originar da Câmara dos Vereadores (Chiquinho era vereador na mesma legislatura que Marielle). De acordo com a PF, é justificada a qualificação de Rivaldo como autor do delito porque, apesar de não ter idealizado o crime, ele "foi responsável por ter o controle do domínio final do fato". Segundo

os investigadores, ele teve "total ingerência sobre as mazelas inerentes à marcha da execução, sobretudo, com a imposição de condições". A PF disse que vai investigar a nomeação do delegado Rivaldo Barbosa, feita às vésperas do assassinato de Marielle e Anderson. O general Walter Braga Netto, que assinou a promoção de Rivaldo Barbosa a chefe da Polícia Civil, afirmou neste domingo que o nome havia sido indicado pelo então secretário de Segurança Pública, general Richard Fernandez Nunes. Naquele momento, o Rio passava por uma intervenção federal, decretada em 16 de fevereiro pelo então presidente Michel Temer. O interventor nomeado por Temer foi Braga Netto. "A seleção e indicação para nomeações eram feitas, exclusivamente, pelo então Secretário de Segurança Pública, assim como ocorria nas outras secretarias subordinadas ao Gabinete de Intervenção Federal, como a de Defesa Civil e Penitenciária", disse a defesa de Braga Netto. "Por questões burocráticas, o ato administrativo era assinado pelo Interventor Federal que era, efetivamente, o governador na área de segurança pública no RJ", acrescentaram os advogados. **Cristina Camargo, Bruno Boghossian, Fabio Serapião, Bruna Fantti, Julia Chaib e Mateus Vargas**

“Coincidência, ou não, o crime fora executado um dia após a posse de Rivaldo Barbosa na função de Chefe de Polícia”
Trecho de relatório da Polícia Federal

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano Caderno: B Página: 1